



OPTIMIZE

Investment Partners

Relatório e Contas

OPTIMIZE SELECÇÃO BASE
FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO FLEXÍVEL
PERÍODO FINDO EM

30 DE JUNHO DE 2017

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017	4
1.2	Características principais do Fundo.....	9
1.3	Evolução do fundo	10
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	13
2.1	Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.....	14
2.2	Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016	15
2.3	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016.....	16
3	Divulgações	17
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	18
4	Certificação das Contas.....	25

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017

MERCADOS FINANCEIROS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

ROBUSTEZ DA ECONOMIA GLOBAL

As principais regiões económicas têm apresentado progressos significativos da sua atividade refletindo-se no fortalecimento dos indicadores de PMI de serviços e na manufatura. Estes dados, aliados aos referentes ao emprego, confirmam a expansão da economia global a um ritmo ligeiramente superior ao antecipado. Adicionalmente, ao longo do semestre verificou-se um desanuviamento das tensões políticas na Europa após a vitória do pró-europeísta E. Macron, derrotando candidatura anti-euro liderada por Marine Le Pen. O tão badalado artigo 50, foi acionado em Março pelo Reino Unido, iniciando desde então as negociações para a sua saída da União Europeia. Nos EUA, perante a conjuntura atual, a Reserva Federal Americana, subiu por 2 vezes a taxa de juro diretora situando-se atualmente no intervalo 1%-1.25%. Apesar das tensões políticas e financeiras criadas pelos *tweets* e declarações do presidente D. Trump, o mercado integrou uma melhor compreensão do funcionamento do sistema governamental americano face às disrupções do presidente. Os limites impostos ou antecipados a várias iniciativas do seu presidente induzem consequências positivas, no que toca por exemplo aos riscos de disrupção no comércio com os seus principais parceiros económicos (México, China, Alemanha,...), mas também negativas, pondo em causa as antecipações de reformas fiscais e de investimento público. O risco de uma ação com consequências geopolíticas fortes mantém-se, nomeadamente nas relações com a Coreia do Norte ou o Irão, dado a ausência de controlo parlamentar a-priori nesta matéria.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	+3.4 %	+3.5 %	+3.4 %	+3.1 %	+3.5 %
Zona Euro	-0.3 %	+1.2 %	+2.0 %	+1.7 %	+1.7 %
Alemanha	+0.6 %	+1.6 %	+1.5 %	+1.8 %	+1.6 %
França	+0.6 %	+0.6 %	+1.3 %	+1.2 %	+1.4 %
Itália	-1.8 %	0.1 %	+0.8 %	+0.9 %	+0.8 %
Espanha	-1.7 %	+1.4 %	+3.2 %	+3.2 %	+2.6 %
Portugal	-1.1 %	+0.9 %	+1.6 %	+1.4 %	+1.7 %
Estados Unidos	+1.7 %	+2.4 %	+2.6 %	+1.6 %	+2.3 %
Canadá	+2.5 %	+2.6 %	+0.9 %	+1.4 %	+1.9 %
Japão	+2.0 %	0.3 %	+1.2 %	+1.0 %	+1.2 %
Reino-Unido	+1.9 %	+3.1 %	+2.2 %	+1.8 %	+2.0 %
China	+7.8 %	+7.3 %	+6.9 %	+6.7 %	+6.6 %
Índia	+6.5 %	+7.2 %	+7.9 %	+6.8 %	+7.2 %
Brasil	+3.0 %	+0.5 %	-3.8 %	-3.6 %	+0.2 %
Rússia	+1.3 %	+0.7 %	-2.8 %	-0.2 %	+1.4 %

Fonte: FMI

Os mercados emergentes apresentam a mesma tendência de crescimento, impulsionados pelas exportações assim como pelo consumo doméstico, não obstante da instabilidade política na África do Sul após nova demissão de um ministro das finanças e no Brasil com o seu presidente M. Temer envolvido por sua vez ao processo Lava-Jato. Na atual conjuntura, os principais Bancos Centrais deverão continuar a sua política de redução progressiva de estímulos, perante indicadores a indicarem níveis de inflação próximos das metas pretendidas.

ACTÕES: BONS DADOS EMPRESARIAIS

Após um final de 2º semestre 2016 instável, perante a inesperada eleição do presidente americano D. Trump, o 1º semestre de 2017 iniciou com o mercado a alternar entre a euforia com os programas de investimento público e estímulos fiscais anunciados e preocupação com o aumento dos riscos inerentes às medidas protecionistas. Durante o semestre, os excelentes dados macroeconómicos e os resultados empresariais, tendo na sua maioria ultrapassado as expectativas, criaram algum otimismo nos mercados acionistas que renovaram máximos na maioria das praças.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o semestre a ganhar 4,6%, com países como a França e a Alemanha valorizaram 5,3% e 7,4% respetivamente. Neste período o maior destaque vai para os desempenhos dos países periféricos, como Espanha e Portugal (11,7% e 10,12% respetivamente), apresentando uma recuperação face aos péssimos desempenhos dos anos anteriores. Sectorialmente, o destaque pela positiva vai para o setor tecnológico e financeiro, pela negativa o setor de matérias-primas e energético. Nos Estados- Unidos, as principais bolsas seguiram a mesma tendência, as bolsas americanas bateram novos recordes durante o semestre e fecharam com desempenho positivo, com o S&P a ganhar +8,2%, apesar de esta evolução ser em grande parte anulada pela desvalorização do dólar. Sectorialmente, destaque pela positiva para o setor tecnológico e saúde. Negativamente para o setor energético e de telecomunicações.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO 1º SEMESTRE 2017 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	+4,4 %	-5,8 %
Rússia	MICEX	-15,8 %	-19,5 %
Estados Unidos	S&P 500	+8,2 %	+0,0 %
Austrália	ASX 200	+1,0 %	-0,7 %
Japão	NIKKEI 25	+4,8%	+0,6 %
China	HANG SENG	+17,1 %	+7,5 %
Reino-Unido	FTSE	+2,4 %	-0,3 %
França	CAC 40	+5,3 %	+5,3 %
Alemanha	DAX	+7,4 %	+7,4 %
Zona Euro	EUROSTOXX 50	+4,6 %	+4,6 %
Espanha	IBEX 35	+11,7 %	+11,7 %
Portugal	PSI 20	+10,1 %	+10,1 %
Itália	MIB	+7,0 %	+7,0 %

Dados Bloomberg 2017, moeda local / Euros

No Japão também, a valorização de 4,8% do seu índice foi contrabalançada pela depreciação do Yen face ao Euro de 4,2%, tal como para o Reino-Unido, com uma subida modesta de 2,4% equivalente à depreciação da Libra face ao Euro de 2,8%. Os países emergentes registaram desempenhos positivos, com o Índice MSCI Emerging Markets a valorizar 17,2% enquanto que para os mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets subiu 11,7%.

OBRIGAÇÕES: O INÍCIO DA NORMALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS

Após 1 ano em constante adiamento, a FED iniciou em dezembro de 2016 um novo ciclo de subida da taxa de juro. Esta decisão serviu de mote para mais 2 subidas ao longo do 1.º semestre deste ano. Poderá haver mais uma subida até ao final do ano se se verificar uma conjuntura favorável. Na zona euro, o processo de normalização está bem mais atrasado, começando com uma redução do plano de compras mensais de 60 mil milhões euros para 40 mil milhões euros no mês de Março. No final deste semestre, o BCE anunciou que prevê para breve o fim do quantitative easing, no entanto a subida da taxa de juro direta apenas deverá começar só em Março de 2018. Esta perspetiva reflete-se nas subidas das yields das dívidas governamentais da Suíça, Alemanha, França e dos EUA. Portugal e Grécia fazem exceção a esta regra, num contexto de melhoria substancial das suas situações orçamentais e com a perspetiva, para Portugal, de reentrada na categoria "Investment grade" para breve. Nos Estados- Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos finalizou o semestre nos 2,3%. No Reino Unido, as yields terminaram o semestre em 1,26%, em pleno período de grande indefinição quanto às condições de saída da União Europeia.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	30 de Dezembro de 2016	30 de Junho de 2017
Estados Unidos	2,4 %	2,3 %
Alemanha	0,2 %	0,5 %
França	0,7 %	0,8 %
Itália	1,8 %	2,2 %
Espanha	1,4 %	1,5 %
Portugal	3,8 %	3,0 %
Grécia	7,1 %	5,4 %
Reino-Unido	1,2 %	1,3 %
Suíça	-0,2 %	0,0 %

Dados Bloomberg 2017

MATÉRIAS-PRIMAS: PERDA DE FORÇA DAS ENERGÉTICAS

Na generalidade, as matérias-primas registaram um semestre de perdas, tendo o indexante Bloomberg Commodity Index desvalorizado 5,6%. No entanto, os seus membros tiveram comportamentos bem distintos. Devido ao seu peso, o maior destaque vai para a cotação do petróleo que perdeu 17%. Em sentido inverso, a performance do Ouro apresentou um movimento ascendente de 7%. Destacamos também o comportamento de outros players relevantes nesta categoria de ativo: prata, milho e soja +3%, cobre +7%, gás natural -15%.

DIVISAS: EURO FORTE FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o euro ganhou força face aos principais pares cambiais. Perante a instabilidade política americana, o euro apreciou 7,9% face ao dólar. A Libra depreciou 3,2% num contexto de incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. Realce ainda para a depreciação do franco suíço e lene face ao euro em (2,3% e 4,9% respetivamente).

DESEMPENHO DO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2017

No primeiro semestre de 2017, o fundo Optimize Selecção Base registou um desempenho positivo, e fechou o semestre com um valor da unidade de participação de 10,6510€ (categoria A) e 10,6870€ (categoria B). Assim sendo, a performance registada face a 31 de Dezembro de 2016 foi de, respetivamente, 3.0% e 3.1%, com uma volatilidade de 6,5% (nível de risco: 4).

Desde a criação do fundo Optimize Selecção Base, em 2 de Novembro de 2015, em que a unidade de participação valia 10.000€, até 30 de Junho de 2017 a performance anualizada foi de 3.9% (categoria A) e 4.1% (categoria B).

1.2 Características principais do Fundo

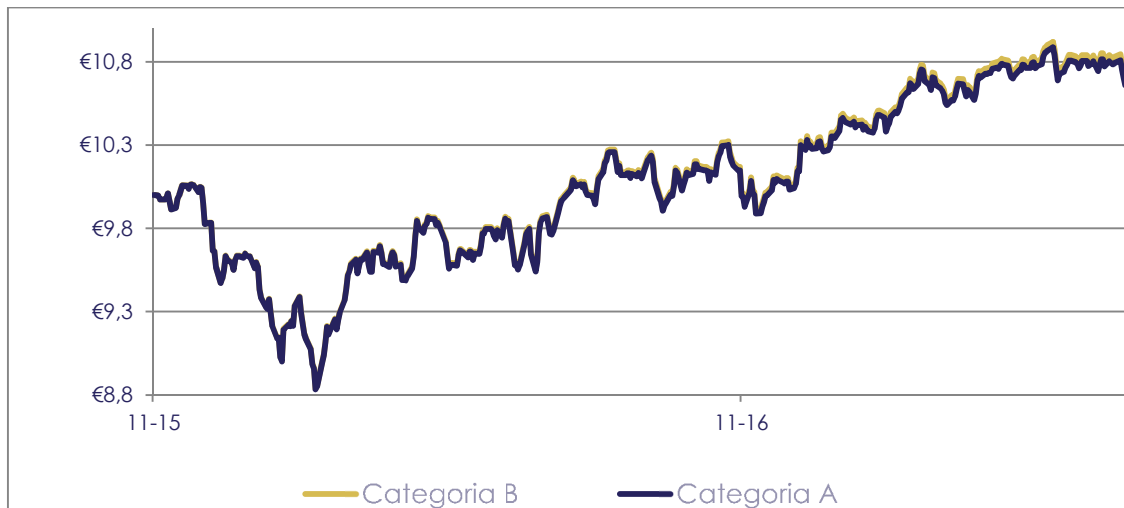
Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n°21 4° 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n°508 181 321
Início de Atividade do fundo	2 de Novembro de 2015
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,20 % - Categoria A 1,00 % - Categoria B
Comissão de Depositário	0,15 %
Entidade Depositária	Banco Invest, SA
Objetivo do fundo	O fundo que pretende proporcionar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa seleção de unidades de participação de fundos de investimento nacionais e internacionais de ações e obrigações, incluindo unidades de participação de fundos geridos pela própria Sociedade Gestora.
Política de investimento	O fundo tem uma política de investimento geograficamente diversificada, essencialmente através de fundos de investimento internacionais, de ações, e o restante em fundos de obrigações e de tesouraria. A definição da alocação dos ativos baseia-se numa abordagem comparativa e prospetiva do rendimento e do risco e no Modelo Markowitz. Para cada classe e subclasse de ativos em carteira, a seleção dos fundos de investimento procura o melhor desempenho com base em critérios objetivos de performance, risco e regularidade (tracking error), com base nas avaliações publicadas na revista "Proteste Investe" A carteira investe, em média, de 45 a 65% em ações, numa proporção podendo no entanto, variar entre 0% e 75% (ou fundos de ações), o fundo sendo flexível.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO – CATEGORIA A

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º Semestre 2017	3,0%	6,5%	4
2016	7,4%	5,2%	4

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO – CATEGORIA B

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º Semestre 2017	3,1%	6,5%	4
2016	7,6%	5,2%	4

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ATIVOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	58,28%
Obrigações do Estado	14,78%
Obrigações de Empresas	24,36%
Tesouraria	2,58%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição Geográfica	
Suécia	19,60%
Europa	14,65%
Portugal	9,75%
Noruega	9,72%
Reino Unido	9,70%
Canada	4,93%
Brasil	4,90%
Indonesia	4,90%
China	4,89%
Polónia	4,84%
EUA	4,82%
Outros	7,31%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Principais Posições	Valor	%
Pimco - Euro Bond	3 277 130,56 €	14,6%
Nordea Swedish Bond	2 210 348,37 €	9,9%
BPI Portugal	2 181 042,37 €	9,7%
Xact ETF OMX	2 174 309,86 €	9,7%
Nordea Norway Bond	2 173 582,13 €	9,7%
Fidelity UK Fund AGG	2 170 785,29 €	9,7%
UBS- Equity Canada A	1 102 865,25 €	4,9%
Aberdeen-Brazil Bond	1 095 466,05 €	4,9%
Fidelity-Indonesia A	1 095 317,80 €	4,9%
Invesco China Eq-C	1 093 128,90 €	4,9%
Ishares ETF Poland	1 083 776,48 €	4,8%
Vontobel US Value Eq	1 078 992,77 €	4,8%
Lyxor ETF South Afri	1 073 544,00 €	4,8%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS – CATEGORIA A

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º Semestre 2017	662 771,96 €	62 226,36307	10,6510 €
2016	218 050,72 €	21 083,15219	10,3424 €
2015	50 085,64 €	5 200,62395	9,6307 €

Valores 2015 e 2016 em 31 de Dezembro, Valor 1º Semestre de 2017 a 30 de Junho

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS – CATEGORIA B

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º Semestre 2017	21 710 004,31 €	2 031 449,37056	10,6870 €
2016	15 158 114,31 €	1 462 173,68120	10,3668 €
2015	2 630 530,54 €	273 045,50294	9,6340 €

Valores 2015 e 2016 em 31 de Dezembro, Valor 1º Semestre de 2017 a 30 de Junho

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2017	2016	2015
Comissão de Gestão	103 078,80 €	34 602,69 €	0,00 €
Categoria A	2 926,99 €	332,21 €	0,00 €
Categoria B	100 151,81 €	34 270,48 €	0,00 €
Comissão de depósito	15 388,68 €	5 182,19 €	0,00 €
Custos de Transação	2 433,95 €	2 197,25 €	0,00 €
Comissões suportadas pelos participantes:	- €	- €	- €
Comissões de Subscrição	- €	- €	- €
Comissões de Resgate	- €	- €	- €
Proveitos	1 344 414,06 €	594 342,58 €	0,00 €
Custos	794 963,62 €	284 153,64 €	0,00 €
Valor Líquido Global	22 372 776,27 €	9 873 722,09 €	0,00 €

Dados a 30 de Junho de 2017, 2016 e 2015

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

Pelo Conselho de Administração da Optimize Investment Partners SGFIM SA,

Lisboa, 25 de Agosto de 2017

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

							EUR					EUR					
							2017		2016					2017		2016	
Código	ATIVO	Nota	Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido	Código	CAPITAL E PASSIVO	Nota							
	Outros ativos								Capital do OIC								
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61	Unidades de Participação	1	20 936 757,49	14 832 568,36					
33	Ativos intangíveis das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62	Variações Patrimoniais	1	2 939,40	-340 553,02					
	Total de outros ativos das SIM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64	Resultados Transitados	1	883 628,94	-65 188,60					
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0,00	0,00					
21	Obrigações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67	Dividendos antecipados das SIM		0,00	0,00					
22	Ações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
23	Outros títulos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66	Resultado líquido do exercício	1	549 450,44	948 817,54					
2411	OICVM de obrigações	3	8 939 687,02	32 686,04	215 845,94	8 756 527,12	5 984 487,22		Total do capital do OIC		<u>22 372 776,27</u>	<u>15 375 644,28</u>					
2412	OICVM de ações	3	12 004 827,45	1 157 455,74	108 520,48	13 053 762,71	8 940 142,79										
2414	OICVM de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48	Provisões acumuladas								
2413	Outros OICVM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481	Provisões para encargos		0,00	0,00					
25	Direitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total de provisões acumuladas		0,00	0,00					
26	Outros instrumentos de dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
	Total da carteira de títulos		20 944 514,47	1 190 141,78	324 366,42	21 810 289,83	14 924 630,01		Terceiros								
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0,00	0,00					
31	Outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423	Comissões a pagar	10	25 789,58	17 278,29					
	Total de outros ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424+...+429	Outras contas de credores	10	35 320,96	476 235,41					
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0,00	0,00					
41+421+519-559	Contas de devedores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44	Pessoal		0,00	0,00					
	Total dos valores a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46	Acionistas		0,00	0,00					
	Disponibilidades								Total dos valores a pagar		61 110,54	493 513,70					
11	Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Acréscimos e diferimentos								
12-43	Depósitos à ordem	3	623 596,98	0,00	0,00	623 596,98	944 527,97	55	Acréscimos de custos		0,00	0,00					
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56	Receitas com proveito diferido		0,00	0,00					
14	Certificados de depósito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00					
18	Outros meios monetários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59	Contas transitórias passivas		0,00	0,00					
	Total das disponibilidades		623 596,98	0,00	0,00	623 596,98	944 527,97		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0,00	0,00					
	Acréscimos e diferimentos																
51	Acréscimos de proveitos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
52	Despesas com custo diferido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
58	Outros acréscimos e diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
59	Contas transitórias ativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
	Total do Ativo		21 568 111,45	1 190 141,78	324 366,42	22 433 886,81	15 869 157,98		Total do Capital do OIC e do Passivo		22 433 886,81	15 869 157,98					
	Número total de unidades de participação em circulação - Categoria A		62 226,36				21 083,15		Valor unitário da unidade de participação - Categoria A		10,6510	10,3420					
	Número total de unidades de participação em circulação - Categoria B		2 031 449,39				1 462 173,69		Valor unitário da unidade de participação - Categoria B		10,6870	10,3665					

2.2 Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016

EUR				EUR			
Código	CUSTOS E PERDAS	2017	2016	Código	PROVEITOS E GANHOS	2017	2016
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e custos equiparados				Juros e proveitos equiparados		
711+...718	De operações correntes	0,00	0,00	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	0,00	0,00
719	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes	0,00	0,00
	Comissões e taxas			819	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	2 083,90	0,00		Rendimento de títulos e outros ativos		
724+725+726+727+728	Outras operações correntes	128 224,41	43 866,31	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos	0,00	0,00
729	De operações extrapatrimoniais	350,05	2 197,25	829	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras				Ganhos em operações financeiras		
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	638 507,30	211 146,65	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	1 298 549,79	575 342,12
731+734+738	Outras operações correntes	6 425,17	755,41	831+834+837+838	Outras operações correntes	1 682,39	1 279,02
739	Em operações extrapatrimoniais	19 064,55	26 187,82	839	Em operações extrapatrimoniais	4 501,01	11 074,80
	Impostos				Reposição e anulação de provisões		
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais	259,75	0,00	851	Provisões para encargos	0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos	48,49	0,20				
7418+7428	Outros impostos	0,00	0,00				
75	Provisões do exercício						
751	Provisões para encargos	0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	39 680,87	6 646,64
77	Outros Custos e Perdas Correntes	0,00	0,00				
	Total dos custos e perdas correntes (A)	794 963,62	284 153,64		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)	1 344 414,06	594 342,58
79	Outros Custos e Perdas das SIM	0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)	0,00	0,00		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)	0,00	0,00
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores incobráveis	0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis	0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias	0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários	0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais	0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais	0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)	0,00	0,00		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)	0,00	0,00
63	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00				
66	Resultado líquido do período (positivo)	549 450,44	310 188,94	66	Resultado líquido do período (negativo)	0,00	0,00
	TOTAL	1 344 414,06	594 342,58		TOTAL	1 344 414,06	594 342,58
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	657 958,59	364 195,47	F - E	Resultados Eventuais	0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-14 913,59	-17 310,27	B + D + F - A - C - E +74	Resultados Antes de Impostos	549 758,68	310 189,14
B - A	Resultados Correntes	549 450,44	310 188,94	B+D+F-A-C-	Resultado Líquido do Período	549 450,44	310 188,94
				E+7411/8+7421/8			

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	EUR	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	7 129 113,99	13 281 614,03
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	1 103 470,39	1 171 438,85
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	<u>6 025 643,60</u>	<u>12 110 175,18</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	5 803 723,47	3 943 563,46
Reembolso de títulos	0,00	0,00
Rendimento de títulos e outros ativos	0,00	13 620,58
Juros e proveitos similares recebidos	0,00	0,00
Outras taxas e comissões	0,00	0,00
Outros recebimentos relacionados com a carteira	39 355,67	17 726,31
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	12 046 582,63	15 512 938,38
Juros e custos similares pagos	0,00	0,00
Comissões de bolsas suportadas	0,00	0,00
Comissões de corretagem	954,82	2 970,77
Outras taxas e comissões	1 197,72	3 169,93
Outros pagamentos relacionados com a carteira	0,00	0,00
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>-6 205 656,03</u>	<u>-11 544 168,73</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	6 647 364,24	9 057 219,86
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0,00	0,00
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	0,00	0,00
Pagamentos:		
Operações cambiais	6 668 304,96	9 086 037,59
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0,00	0,00
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	0,00	0,00
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>-20 940,72</u>	<u>-28 817,73</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Pagamentos:		
Comissão de gestão	97 046,44	86 054,89
Comissão de depósito	14 494,98	12 881,66
Juros devedores de depósitos bancários	0,00	157,42
Impostos e taxas	6 411,42	5 694,33
Outros pagamentos correntes	2 025,00	3 480,00
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>-119 977,84</u>	<u>-108 268,30</u>
Saldo dos fluxos de caixa do período	<u>-320 930,99</u>	<u>428 920,42</u>
Disponibilidades no início do período	<u>944 527,97</u>	<u>515 607,55</u>
Disponibilidades no fim do período	<u>623 596,98</u>	<u>944 527,97</u>

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei 124/2015 de 7 de Julho.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e Taxas".

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 17 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicável a partir de 1 de Julho de 2015. O fundo tendo iniciado a sua atividade a 2 de Novembro de 2015, aplica-se o novo regime fiscal dos Organismos de Investimento Coletivo, nas seguintes condições:

- IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos: rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
- IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.
- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Categoria A	Saldo em 31.12.2016	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30.06.2017
Valor base	210 831,51	591 406,63	179 974,53	0,00	0,00	0,00	622 263,61
Diferença para o valor base	-462,62	37 349,74	10 646,25	0,00	0,00	0,00	26 240,87
Resultados acumulados	-794,60	0,00	0,00	0,00	8 467,85	0,00	7 673,25
Resultado líquido do exercício	8 467,85	0,00	0,00	0,00	-8 467,85	6 594,23	6 594,23
	218 042,14	628 756,37	190 620,78	0,00	0,00	6 594,23	662 771,96
Número de unidades de participação	21 083,16	59 140,66	17 997,45	0,00	0,00	0,00	62 226,37
Valor da unidade de participação	10,3420	10,6315	10,5915	0,0000	0,0000	0,0000	10,6510

Categoria B	Saldo em 31.12.2016	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30.06.2017
Valor base	14 621 736,85	6 549 359,74	856 602,71	0,00	0,00	0,00	20 314 493,88
Diferença para o valor base	-340 090,40	373 035,83	56 246,90	0,00	0,00	0,00	-23 301,47
Resultados acumulados	-64 394,00	0,00	0,00	0,00	940 349,69	0,00	875 955,69
Resultado líquido do exercício	940 349,69	0,00	0,00	0,00	-940 349,69	542 856,21	542 856,21
	15 157 602,14	6 922 395,57	912 849,61	0,00	0,00	542 856,21	21 710 004,31
Número de unidades de participação	1 462 173,68	654 935,97	85 660,27	0,00	0,00	0,00	2 031 449,38
Valor da unidade de participação	10,3665	10,5696	10,6566	0,0000	0,0000	0,0000	10,6870

PARTICIPANTES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Categoria A	Participantes em 30.06.2017
Superior a 25%	1
De 10% a 25%	1
De 5% a 10%	2
De 2% a 5%	7
De 0,5% a 2%	18
Inferior a 0,5%	8
Total	37

Categoria B	Participantes em 30.06.2017
Superior a 25%	0
De 10% a 25%	0
De 5% a 10%	0
De 2% a 5%	3
De 0,5% a 2%	36
Inferior a 0,5%	567
Total	606

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Categoria A

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2017	Março	633 793,70	10,7046	59 207,58000
	Junho	662 771,96	10,6510	62 226,36307
2016	Março	53 959,87	9,6391	5 598,03456
	Junho	89 276,67	9,8358	9 076,71062

Categoria B

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2017	Março	20 614 063,49	10,7353	1 920 212,83075
	Junho	21 710 004,31	10,6870	2 031 449,37056
2016	Março	6 729 687,84	9,6473	697 571,68944
	Junho	9 784 445,42	9,8491	993 432,09618

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA

INVENTÁRIO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Ativo	Valor Aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
112-Títulos de Renda Variável						
1125-UPs						
11251-Fundos de Ações						
BPI Portugal	1 830 336,69 €	350 705,67 €	- €	2 181 042,37 €	- €	2 181 042,37 €
Fidelity-Indonesia A	1 030 984,41 €	64 333,39 €	- €	1 095 317,80 €	- €	1 095 317,80 €
Fidelity UK Fund AGG	2 238 503,13 €	- €	67 717,84 €	2 170 785,29 €	- €	2 170 785,29 €
Invesco China Eq-C	1 033 012,07 €	60 116,83 €	- €	1 093 128,90 €	- €	1 093 128,90 €
UBS- Equity Canada A	1 143 667,89 €	- €	40 802,64 €	1 102 865,25 €	- €	1 102 865,25 €
Vontobel US Value Eq	963 830,87 €	115 161,90 €	- €	1 078 992,77 €	- €	1 078 992,77 €
Sub-total	8 240 335,06 €	590 317,79 €	108 520,48 €	8 722 132,38 €	- €	8 722 132,38 €
11252-Fundos de Obrigações						
Aberdeen-Brazil Bond	1 202 225,63 €	- €	106 759,58 €	1 095 466,05 €	- €	1 095 466,05 €
Nordea Norway Bond	2 237 526,62 €	- €	63 944,49 €	2 173 582,13 €	- €	2 173 582,13 €
Pimco - Euro Bond	3 244 444,53 €	32 686,04 €	- €	3 277 130,56 €	- €	3 277 130,56 €
Nordea Swedish Bond	2 255 490,24 €	- €	45 141,87 €	2 210 348,37 €	- €	2 210 348,37 €
Sub-total	8 939 687,02 €	32 686,04 €	215 845,94 €	8 756 527,11 €	- €	8 756 527,11 €
1129-ETFs						
11291-ETFs Ações						
Lyxor ETF South Afri	1 054 982,87 €	18 561,13 €	- €	1 073 544,00 €	- €	1 073 544,00 €
Ishares ETF Poland	823 272,35 €	260 504,13 €	- €	1 083 776,48 €	- €	1 083 776,48 €
Xact ETF OMX	1 886 237,17 €	288 072,69 €	- €	2 174 309,86 €	- €	2 174 309,86 €
Sub-total	3 764 492,39 €	567 137,95 €	- €	4 331 630,34 €	- €	4 331 630,34 €
Total	20 944 514,47 €	1 190 141,78 €	324 366,42 €	21 810 289,83 €	- €	21 810 289,83 €

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00			0,00
Depósitos à ordem	944 527,97			623 596,98
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	944 527,97	0,00	0,00	623 596,98

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

TERCEIROS – ATIVO

	2017	2016
Juros a receber de depósitos ordem	0,00	0,00
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Outros valores pendentes de regularização	0,00	0,00
	0,00	0,00

TERCEIROS – PASSIVO

	2017	2016
Subscrições pendentes	10 785,38	432 823,33
	10 785,38	432 823,33
Imposto sobre mais valias	0,00	0,00
Comissão de gestão a pagar	18 495,80	12 463,44
Categoria A	661,19	214,84
Categoria B	17 834,61	12 248,60
Comissão de auditoria	1 506,75	984,00
Comissão de depósito a pagar	2 757,84	1 864,14
Taxa de supervisão	268,47	204,50
Imposto do Selo	2 760,72	1 762,21
	25 789,58	17 278,29
Operações de bolsa a regularizar	24 535,58	43 412,08
Imposto a liquidar sobre dividendos	0,00	0,00
	61 110,54	493 513,70

As subscrições pendentes a 30 de Junho correspondem a valores de subscrição de unidades de participação recebidos em 30 de Junho e que foram efetivados no primeiro dia útil do mês seguinte.

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO

	2017	2016
Proveitos a receber de:		
Carteira de títulos	0,00	0,00
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Despesas com custo diferido	0,00	0,00
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações cambiais a liquidar	0,00	0,00
	0,00	0,00

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2017	2016
Taxa de supervisão	0,00	0,00
Taxa IES	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros acréscimos de custos	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CÂMBIO**POSIÇÕES CAMBIAIS ABERTAS EM 30 DE JUNHO**

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
CAD	1 630 586,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 630 586,27
GBP	1 908 836,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 908 836,63
NOK	20 804 006,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 804 006,62
SEK	20 959 912,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 959 912,20
USD	4 978 947,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 978 947,79
Contravalor Euro	11 984 448,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 984 448,05

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Em 30 de Junho de 2017, o fundo não tem exposição direta ao risco de taxa de juro, por estar exclusivamente investido em Unidades de Participação de outros fundos de investimento.

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES**EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES EM 30 DE JUNHO**

Ações e Valores Similares	Montante (Euro)	Extra-patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Ações	13 053 762,71	0,00	0,00	13 053 762,71
Total	13 053 762,71	0,00	0,00	13 053 762,71

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

Não existem derivados em carteira, nem perdas potenciais inerentes ao seu Valor.

NOTA 15 - TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS EM 30 DE JUNHO

Categoria A

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	2 926,99 €	0,597%
TEC dos Fundos Integrantes	1 838,81 €	0,375%
Comissão de depósito	364,83 €	0,074%
Taxa de Supervisão	35,97 €	0,007%
Custos de Auditoria	71,44 €	0,015%
Outros Custos Correntes	- €	0,000%
Total	5 238,04	
Taxa Encargos Correntes (TEC)		1,068%

Categoria B

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	100 151,81 €	0,496%
TEC dos Fundos Integrantes	75 724,14 €	0,375%
Comissão de depósito	15 023,85 €	0,074%
Taxa de Supervisão	1 481,23 €	0,007%
Custos de Auditoria	2 942,06 €	0,015%
Outros Custos Correntes	- €	0,000%
Total	195 323,09	
Taxa Encargos Correntes (TEC)		0,967%

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Optimize Selecção Base - Fundo de Investimento Aberto Flexível** (adiante também designado por Fundo), gerido pela **Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 22 433 887 euros e um total de capital do fundo de 22 372 776 euros, incluindo um resultado líquido de 549 450 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Optimize Selecção Base - Fundo de Investimento Aberto Flexível**, em 30 de junho de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 97% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira ou por métodos de avaliação alternativos, para o caso de títulos não cotados, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras (que remete para a seção Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas).</p>	<p>Validação da valorização dos títulos em carteira e do respetivo cálculo das mais e menos valias potenciais à data de referência das demonstrações financeiras, com base informação constante do Portal da Bloomberg e dos boletins de cotação, no caso de títulos cotados. Validação da adequacidade da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira no sistema informático que alimenta os registos contabilísticos.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Prospeto do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Análise dos procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculo dos limites legais e regulamentares e verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/autorização da CMVM em caso de incumprimento.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Entidade Gestora para o exercício de 2015. Em 1 de junho de 2017 fomos nomeados para o triénio de 2017 a 2019;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 28 de agosto de 2017;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria; e
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de agosto de 2017



Pedro Aleixo Dias, em representação de

BDO & Associados - SROC

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)